

Ata da Reunião Ordinária do CLASSC

Conselho Local de Ação Social de Santiago do Cacém

--- Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu o CLASSC – Conselho Local de Ação Social de Santiago do Cacém, pelas quinze horas (respeitando o período regulamentar de tolerância de trinta minutos), no Auditório Municipal António Chainho, em Santiago do Cacém. -----

--- A sessão foi presidida pela Presidente do CLASSC, Sónia Gonçalves, tendo por base a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um: Aprovação da ata do plenário realizado no dia oito de maio de dois mil e vinte e três; -----

Ponto dois: Eleição do Núcleo Executivo para o Biénio 2024/2025 (dois mil e vinte e quatro / dois mil e vinte e cinco); -----

Ponto três: Apresentação para aprovação da integração de nova entidade no CLASSC – Conselho Local de Ação Social de Santiago do Cacém: Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém; -----

Ponto quatro: Apresentação do Plano de Ação da Rede Social de 2024 (dois mil e vinte e quatro); -----

Ponto cinco: Apresentação e Aprovação do Plano de Desenvolvimento Social para o período de 2023/2027 (dois mil e vinte e três / dois mil e vinte sete); -----

Ponto seis: Aprovação do parecer do Núcleo Executivo sobre as candidaturas submetidas à Componente 03 – Respostas Sociais, no seu investimento R3-C03-i01 – Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, do Plano de Recuperação e Resiliência – PRR pela Casa do Povo de Cercal do Alentejo e pela Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém; -----

Ponto sete: Um ano de SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social; -----

Ponto oito: Apresentação do Relatório de Monitorização do 3.º (terceiro) ano de execução do Projeto CLDS 4G – Contrato Local de Desenvolvimento Social de Santiago do Cacém, pela ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano; -----

Ponto nove: Informações. -----

--- Após envio de convocatória a todas as entidades parceiras, a ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano solicitou a integração de um novo ponto da ordem de trabalhos, para a apresentação do Projeto “Alimentação Saudável no Litoral Alentejano”, tendo o mesmo sido aceite pela Sra. Presidente, passando este integrar o **ponto nove** da ordem de trabalhos, e o ponto “informações” passará para o **ponto dez**. -----

--- Estiveram presentes as seguintes entidades parceiras: Comissão Social de Freguesia de Santo André, ULSLA – Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano, Cercisiago – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Santiago do Cacém, Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Setúbal, Casa do Povo de Alvalade, Casa do Povo de São Domingos, Casa do Povo de Cercal do Alentejo, Casa do Povo de Abela, CPCJSC – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santiago do Cacém, Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, Associação Intervir.Com, Espiga – Cooperativa de Solidariedade Social, Crl., Banco Alimentar Contra a Fome de Setúbal, Instituto Português do Desporto e Juventude e Câmara Municipal de Santiago do Cacém. -----

--- A reunião teve início com a Sra. Presidente do CLASSC – Conselho Local de Ação Social de Santiago do Cacém, Vereadora Sónia Gonçalves, a dar as boas-vindas e a agradecer a presença de todos na reunião, questionando sobre a possibilidade de adicionar mais um ponto na ordem de trabalhos, com base a sugestão da ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano – Apresentação do Projeto “Alimentação Saudável no Litoral Alentejano, tendo os presentes concordado com a proposta. -----

Ponto um: A Sra. Presidente referiu o envio via e-mail da ata do plenário ordinário realizado no dia oito de maio do ano transato, colocando a mesma para aprovação dos presentes, tendo, a mesma, sido aprovada pela maioria das entidades presentes. -----

Ponto dois: Eleição do Núcleo Executivo para os anos 2024/2025 (dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco). -----

--- A Sra. Presidente explicou a necessidade de reeleição do Núcleo Executivo, bem como a saída da Associação Intervir.Com e a sua substituição pela Espiga – Cooperativa de Solidariedade Social, Crl., passou a palavra às representantes da Associação Intervir.Com que justificaram o motivo da sua saída, pela falta de recursos humanos, destacando os anos em que esta entidade pertenceu ao Núcleo Executivo. -----

--- A Sra. Presidente do Conselho Local de Ação Social de Santiago do Cacém colocou aos presentes a aprovação da reeleição das entidades representadas no Núcleo Executivo, bem como a eleição da nova entidade propostas para o Biénio 2024/2025 (dois mil e vinte e quatro / dois mil e vinte e cinco). A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto três: Apresentação para aprovação da integração de nova entidade no CLASSC – Conselho Local de Ação Social de Santiago do Cacém: Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém. -----

--- A Sra. Presidente referiu que há algum tempo que o CLASSC – Conselho Local de Ação Social de Santiago do Cacém, bem como o Município de Santiago do Cacém pretende a integração da Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém não só nesta estrutura, bem como noutras parcerias com o Município, dada a sua vasta experiência com a integração de migrantes e o trabalho desenvolvido nessa área. -----

--- A Dra. Alexandra, da CERCISIAGO – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Santiago, destacou a importância da integração da Associação Caboverdiana, nesta estrutura. -----

--- O Dr. Rui Coelho, do Centro de Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Setúbal, destaca, igualmente, a integração desta Associação na rede de parcerias, como uma mais-valia para a construção dos instrumentos de trabalho e planeamento, nomeadamente ao nível da temática das migrações. -----

--- A Dra. Graça Nunes, Diretora do Instituto de Emprego e Formação Profissional, refere a importância da integração da Associação Caboverdiana, principalmente através da parceria com o IEFPP, nomeadamente ao nível da educação e formação de migrantes. -----

--- A proposta foi colocada para votação pela Sra. Presidente, tendo esta sido votada por unanimidade pelos parceiros presentes. -----

Ponto quatro: Aprovação do Plano de Ação da Rede Social de 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----

--- A Sra. Presidente começou por passar a palavra à Dra. Filomena Martins. A mesma referiu que o Plano de Ação da Rede Social de 2024 (dois mil e vinte e quatro) emana do Plano de Desenvolvimento Social 2023/2027 (dois mil e vinte e três a dois mil e vinte e sete), sendo este apresentado de seguida. -----

--- A Sra. Presidente colocou à aprovação a proposta do Plano de Ação da Rede Social para o ano 2024 (dois mil e vinte e quatro), tendo os presentes aprovado o mesmo por unanimidade. -----

Ponto cinco: Apresentação e Aprovação do Plano de Desenvolvimento Social para o período de 2023/2027 (dois mil e vinte e três / dois mil e vinte e quatro). -

--- A Sra. Presidente começou por contextualizar a importância da construção do Plano de Desenvolvimento Social, passando a palavra à Dra. Patrícia Gonçalves, que fez a apresentação do mesmo. O Plano de Desenvolvimento Social foi elaborado para um período temporal de cinco anos, de 2023 (dois mil e vinte e três) a 2027 (dois mil e vinte e sete). Este instrumento pretende envolver todos os parceiros e assumir-se como estratégia de atuação para a melhoria das condições da população do Município de Santiago do Cacém, recorrendo aos diferentes planos de ação das entidades que integram a Rede Social e Conselho Local de Ação Social, bem como das orientações decorrentes dos vários programas e estratégias locais e nacionais. -----

--- O Dr. Rui Coelho, do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Setúbal, referiu a importância de ter em atenção os períodos de consulta pública das estratégias e programas nacional. Dando ênfase à importância do Plano de Desenvolvimento Social enquanto instrumento que reflete o território e as estratégias locais, bem como a sua importância nas estratégias internacionais. -

--- A Sra. Presidente referiu que o início do Radar Social está para breve, como uma importante ferramenta de georreferenciação, bem como o CLDS 5G – Contrato Local de Desenvolvimento Social, interligando estes dos programas com os eixos que constam do Plano de Desenvolvimento Social. -----

--- A Sra. Presidente colocou para aprovação o Plano de Desenvolvimento Social para os anos de 2023 (dois mil e vinte e três) a 2027 (dois mil e vinte e sete), tendo os presentes aprovado o mesmo por unanimidade. -----

Ponto seis: Aprovação do parecer do Núcleo Executivo sobre as candidaturas submetidas à Componente 03 – Respostas Sociais, no seu investimento R3-C03-i01 – Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, do Plano de Recuperação e Resiliência – PRR pela Casa do Povo de Cercal do Alentejo e pela Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém. -----

--- A Sra. Presidente começou por apresentar a candidatura da Casa do Povo de Cercal do Alentejo, referindo a cedência de um terreno da câmara para a construção de um lar de idosos, no entanto constatou-se que não seria um espaço adequado para a construção desta valência. Dada a inexistência de resposta de creche na freguesia de Cercal do Alentejo, o Casa do Povo, apresentou esta candidatura, o que se adequa ao terreno referido. Informou, ainda, que após parecer do Núcleo Executivo, a candidatura obteve uma menção qualitativa **favorável** com uma pontuação de **92,40%** (noventa e dois, vírgula quarenta por cento). -----

--- Quanto à candidatura da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, a Sra. Presidente começou por destacar o trabalho já desenvolvido nas estruturas geridas pela Santa Casa da Misericórdia, nomeadamente ao nível da resposta social creche. Informou, ainda, que após parecer do Núcleo Executivo, a candidatura obteve uma menção qualitativa favorável com uma pontuação de **92,40%**. -----

--- A Sra. Presidente passou, em seguida, a palavra à Dra. Ana Calado, Coordenadora Geral da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, que referiu em sede de candidatura não foi possível descrever em pormenor as práticas inovadoras, considerando as práticas pedagógicas a desenvolver, nomeadamente: a valorização de brincar e crescer na natureza; parcerias com famílias e a comunidade envolvente; e atividades de intergeracionalidade, entre crianças e idosos, principalmente dada a proximidade com o edifício de ERPI – Estrutura Residencial para Idosos, que se encontra atualmente em construção em Vila Nova de Santo André. -----

--- Foi dada à palavra, também, à D. Casimira Parreira, representante da Casa do Povo de Cercal do Alentejo, que referiu a necessidade da criação desta resposta social, pela falta de resposta existente e o aumento da procura desta resposta na freguesia. -----

--- A Sra. Presidente passou a palavra ao Núcleo Executivo, tendo explicando, a Dra. Filomena Martins, que foi dada a oportunidade, às entidades que apresentaram candidatura, de desenvolverem o critério de avaliação da “Inovação”. Tendo em conta a intervenção da Dra. Ana Calado, da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, considera-se que deverá ser aumentada a pontuação nesse critério de avaliação, ficando com uma menção qualitativa favorável com uma pontuação de **96,40%** (noventa e seis vírgula quarenta por cento). -----

--- O Dr. Rui Coelho, do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Setúbal, refere programas que apostam nas famílias, crianças e agregados familiares. Destacando os dois itens da “parceria” e “sustentabilidade” com base nas necessidades previsíveis e imprevisíveis das dinâmicas familiares.

--- Na sequência deste parecer apresentou a seguinte declaração de voto – PRR o ISS.IP apresenta a seguinte Declaração de voto “A Segurança Social reitera que, independentemente da pertinência da criação de respostas inovadoras, novas respostas ou novos lugares nas Respostas Sociais que a Entidade possa vir a propor, do âmbito da Segurança Social, a celebração de Protocolo e/ou Acordo de Cooperação ficará condicionada à dotação orçamental anualmente aprovada, bem como às prioridades definidas, tendo por base, por um lado, a utilização eficiente dos serviços e dos equipamentos sociais, a eliminação de sobreposições e, por outro, as lacunas de atuação e assimetrias na disposição geográfica dos recursos envolvidos.”-----

--- A Sra. Presidente do Conselho Local de Ação Social de Santiago do Cacém colocou o parecer mencionado a aprovação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Ponto sete: Um ano de SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social. -----

--- O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social apresentou um vídeo com uma pequena introdução daquilo que é o objetivo deste serviço, bem como um balanço deste primeiro ano, sendo que neste período o SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social realizou 880 (oitocentas e oitenta) diligências e acompanhou 263 (duzentos e sessenta e três) processos, destacando as freguesias de Santo André e a União de Freguesias de Santiago

do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra, como as mais representativas – 97 (noventa e sete) processos e 68 (sessenta e oito) respetivamente e o Rendimento Social de Inserção acompanhou 123 (cento e vinte e três) processos e 579 atendimentos (quinhentos e setenta e nove). No total foram acompanhadas 386 (trezentas e oitenta e seis) famílias e atribuído um apoio financeiro de cerca de 26 (vinte e seis) mil euros. O serviço aproveitou, ainda, para agradecer a todos os parceiros a colaboração. -----

--- A Sra. Presidente apresentou Dra. Manuela Viveiros, Coordenadora do SAAS, referindo que este serviço foi recebido pelo Município de Santiago do Cacém, devido à transferência de competências. A Dra. Manuela informou que serão enviados os dados pormenorizados aos parceiros, caso assim o pretendam. ----

Ponto oito: Apresentação do Relatório de Monitorização do terceiro ano de execução do Projeto CLDS 4G – Contrato Local de Desenvolvimento Social de Santiago do Cacém. -----

--- A Sra. Presidente passou a palavra à Dra. Cláudia Silva, da ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano, Coordenadora do Projeto CLDS 4G – Santiago do Cacém Ativo – Sénior 65+ (sessenta e cinco mais), Município com vida, que apresentou os resultados referentes ao terceiro ano de execução do mesmo. -----

--- A Dra. Cláudia referiu que este balanço será uma junção da execução do último semestre e do último ano do projeto, bem como um balanço final do projeto e das atividades realizadas. No período de março a setembro, foram realizadas 55 (cinquenta e cinco) atividades, tendo um total de 707 (setecentos e sete) participantes. -----

Ponto dez: Apresentação do Projeto “Alimentação Saudável no Litoral Alentejano”. -----

--- O projeto “Alimentação Saudável no Litoral Alentejano” foi apresentado pela Dra. Francisca Silva e pela Dra. Soraia Vicente, da ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano, e irá decorrer até dezembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), tendo como objetivo sensibilizar para a adoção de uma alimentação saudável, económica e sustentável com vista a melhorar a qualidade de vida da população do Alentejo Litoral. A sua operacionalização

baseia-se na realização de eventos, *workshops*, sessões de trabalho direcionadas por público-alvo, abordando três temáticas: Alimentação Sustentável, Dieta Mediterrânica e Combate ao Desperdício Alimentar. Foi passado uma apresentação do projeto, bem como um vídeo. -----

Antes de passar para o ponto final da ordem de trabalhos, A Sra. Presidente referiu algumas dificuldades da CPCJSC – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santiago do Cacém, no que diz respeito aos recursos humanos. ---

Ponto nove: Informações. -----

--- A Sra. Presidente passou a palavra ao Dr. Rui Coelho, do Centro Distrital da Segurança Social de Setúbal, que transmitiu as informações relevantes: -----

--- Aviso N.º 12/C03-i01/2024 – Mobilidade Verde Social – Aquisição de Veículos Elétricos, que decorre de onze de abril a seis de junho de 2024 (dois mil e vinte e quatro), para apoio na aquisição de viaturas cem por cento elétricas adaptadas por parte de entidades da Economia Social e Solidária, para o desenvolvimento de uma das seguintes respostas sociais: apartamento de autonomização, centro comunitário, centro de acolhimento temporário, centro de atividades e capacitação para a inclusão, centro de dia, centro de noite, estrutura residencial para pessoas idosas, lar de apoio, lar de infância e juventude, lar residencial, residência de autonomização e inclusão e residência para pessoas com VIH/SIDA. O montante financeiro disponível no aviso é de 37 (trinta) milhões de euros para aquisição de até 1.000 (mil) viaturas, no apoio máximo elegível por viatura de 30 (trinta) mil euros ou 40 (quarenta) mil euros, quando se trate de uma viatura de tipologia 3 (três) ou 4 (quatro). -----

--- Portaria n.º 95/2021/1 de 11 (onze) de março, que procede à definição do modelo de comparticipação financeira mensal da Segurança Social, para a requalificação do sistema de acolhimento residencial, por criança ou jovem, em função da especificidade, complexidade e exigência técnica de cada unidade que constitui a casa de acolhimento e critérios definidos na Portaria que regula a RS de acolhimento residencial. -----

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2024, de 12 (doze) de janeiro, que aprova o Plano de Ação do Envelhecimento Ativo e Saudável para o período de 2023 (dois mil e vinte e três) a 2026 (dois mil e vinte e seis), enquanto instrumento de intervenção fundamental no âmbito do envelhecimento. Assenta

em seis grandes pilares (saúde e bem-estar; autonomia e vida independente; desenvolvimento e aprendizagem ao longo da vida; vida laboral saudável ao longo do ciclo de vida; rendimentos e economia do envelhecimento e participação na sociedade) e desenvolve de forma integrada um conjunto de medidas e atividades concretas neste âmbito, a consultar em detalhe no diploma legal. -----

--- Lei n.º 20/2024, de 29 (vinte e nove) de fevereiro, que altera o artigo 2.º da Lei n.º 100/2019, que aprova e regula o Estatuto do Cuidador Informal, alargando a abrangência de quem pode ser considerado cuidador informal. -----

--- Portaria n.º 74/2024, que procede à definição dos preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas respostas da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, por forma a dar cumprimento ao estipulado no Compromisso de Cooperação 2023-2024 (dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro) para o Setor Social e Solidário. -----

--- Lei n.º 2/2024, de 5 (cinco) de janeiro, que vem aprovar o Programa Nacional de Habitação (PNH), para o período de 2022 (dois mil e vinte e dois) a 2026 (dois mil e vinte e seis), estabelecendo os objetivos, prioridades, programas e medidas da política nacional de habitação. Destaca-se a importância desta matéria que integra grande parte dos eixos de Ação dos Planos de Desenvolvimento Sociais dos CLAS – Conselho Local de Ação Social. -----

--- Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a sessão, lavrando-se a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pela Presidente do CLASSC – Conselho Local de Ação Social de Santiago do Cacém, e anexada a lista de presenças. -----

A Presidente do CLASSC – Conselho Local de Ação Social de Santiago do
Cacém

Sónia Gonçalves